

AUTÓGRAFO DE LEI Nº 4.452, DE 2 DE JUNHO DE 2022

Autoria: Dênis da Costa Meireles

“Altera a Lei nº 4.064, de 06 dezembro de 2018.”

**A CÂMARA MUNICIPAL DE LUZIÂNIA**, Estado de Goiás, no uso das atribuições legais e constitucionais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que aprova e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Passa a Praça da Matriz situada entre a Travessa Archimedes Tormin e a Rua José de Melo nesta cidade Luziânia-GO, a denominar-se de Expedicionário José Francisco de Souza.

Art. 2º A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano deverá dar publicidade à presente Lei confeccionando e afixando placas com a denominação proposta.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogando a Lei nº 4.024, de 21 de dezembro de 2017.


CÂMARA MUNICIPAL DE LUZIÂNIA, aos 2 (dois) dias do mês de junho de 2022.



ANTONIO COSTA DO NASCIMENTO – Presidente



LEONARDO RORIZ FILHO – 1º Secretário



ANDRÉ FIRMINO DA SILVA – 2º Secretário





**AUTÓGRAFO DE LEI Nº 4.453, DE 9 DE JUNHO DE 2022**

**Autoria: Poder Executivo**

“Dispõe sobre a cessão de servidores da Administração Pública Municipal a órgão ou entidade dos Poderes do Município, da União, do Estado e de outros Municípios, e dá outras providências.”

**O PREFEITO MUNICIPAL DE LUZIÂNIA**, Estado de Goiás, no uso das atribuições legais e constitucionais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A cessão de servidores da Administração Pública Municipal a órgão ou Entidade dos Poderes do Município, da União, do Estado e de outros Municípios ou Entidade Privada sem finalidade lucrativa que desenvolva atividade de utilidade pública, passa a ser disciplinada por esta Lei.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I – Cessão: ato discricionário e autorizativo pelo qual o servidor, sem suspensão ou interrupção do vínculo funcional com a Administração Pública Municipal, passa a ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes do Município, da União, do Estado e de outros Municípios;

II – Cedente: o Município de Luziânia - GO;

III – Cessionário: o órgão ou entidade onde o servidor irá exercer suas atividades.

Art. 3º O servidor público municipal poderá ser cedido a outro órgão ou entidade dos Poderes do Município, da União, do Estado e de outros Municípios ou à Entidade Privada sem finalidade Lucrativa que desenvolva atividade de utilidade pública, desde que observado o interesse público, nas seguintes hipóteses:

I – para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

II – para atender a situações previstas em leis específicas.

§ 1º Na hipótese do inciso I deste artigo, a cessão será autorizada com prejuízo de vencimentos, cabendo o ônus da remuneração do servidor ao órgão ou entidade cessionária, sendo também de responsabilidade desse órgão ou entidade:

I – o desconto da contribuição previdenciária devida pelo servidor cedido ao regime próprio de previdência social;

II – o custeio da contribuição previdenciária devida pelo cedente;





III – o repasse das contribuições de que tratam os incisos I e II ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Luziânia-GO, entidade autárquica gestora do regime próprio de previdência social.

§ 2º Na hipótese de que trata o inciso II deste artigo, a cessão poderá ser autorizada com ou sem prejuízo de vencimentos, mediante ajuste entre o cedente e o cessionário.

Art. 4º Não haverá cessão sem o pedido do cessionário, a concordância do cedente e a concordância do servidor cedido.

Art. 5º O processo de solicitação de cessão de servidor terá início com o expediente do órgão ou entidade interessada e deverá ser instruído com os seguintes elementos:

I – informações fornecidas pelo Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração, que permitam aferir se o órgão ou entidade cessionária tem política ou prática de reciprocidade em relação a eventuais pedidos de cessão de servidor ao município de Luziânia-GO;

II – manifestação conclusiva do dirigente do órgão de lotação do servidor, quanto ao impacto da cessão para a força do trabalho;

III – manifestação do Secretário Municipal, titular da Pasta a que pertença o órgão de lotação do servidor, evidenciando a existência de interesse público na cessão.

Art. 6º A cessão de servidores será autorizada pelo Prefeito Municipal e concedida pelo prazo de até 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por solicitação do órgão ou entidade cessionária devidamente justificada e anuência da Administração Municipal.

§ 1º A cessão de servidor para órgão ou entidade dos Poderes da União, do Estado ou de outros Municípios ou à Entidade Privada sem finalidade Lucrativa que desenvolva atividade de utilidade pública será efetivada mediante Portaria ou Decreto, precedida de convênio, acordo, ajuste ou instrumento congêneres.

§ 2º A cessão de servidor para órgão ou entidade da Administração Pública Municipal ou para o Poder Legislativo local será efetivada mediante Portaria ou Decreto.

Art. 7º Somente servidores ocupantes de cargo efetivo ou de emprego público permanente poderão ser cedidos, ficando vedada a cessão de servidores:

I – que estejam em estágio probatório;

II – ocupantes de cargo em comissão;

III – contratados por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal.

Art. 8º A cessão poderá ser encerrada a qualquer momento por ato unilateral do cedente, do órgão ou entidade cessionária ou do servidor cedido.





§ 1º O retorno do servidor, quando no interesse do município de Luziânia, será realizado por meio de notificação ao órgão ou entidade cessionária e ao servidor cedido.

§ 2º Encerrada a cessão, o servidor deverá apresentar-se imediatamente ao seu órgão de lotação, sob pena de caracterização de falta injustificada.

Art. 9º Caberá ao órgão ou entidade cessionária comunicar, mensalmente, ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Luziânia a frequência do servidor cedido, bem assim quaisquer ocorrências funcionais.

Art. 10. Cabe ao Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração, manter atualizadas as informações relativas à situação funcional do servidor cedido, inclusive férias, licenças e afastamentos.

Art. 11. Aplicam-se as disposições desta Lei às cessões em curso na data de sua entrada em vigor.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUZIÂNIA, aos 9 (nove) dias do mês de junho de 2022.

  
ANTONIO COSTA DO NASCIMENTO – Presidente

  
MARIO DA CUNHA COUTINHO – 1º Secretário

  
ANDRÉ FIRMINO DA SILVA – 2º Secretário



**AUTÓGRAFO DE LEI Nº 4.454, DE 9 DE JUNHO DE 2022**

**Autoria: Poder Executivo**

“Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com a Associação Casa da Vovó Assistência ao Idoso e a Menores em Situação de Risco.”

**O PREFEITO MUNICIPAL DE LUZIÂNIA**, Estado de Goiás, no uso das atribuições legais e constitucionais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com a Associação Casa da Vovó Assistência ao Idoso e a Menores em Situação de Risco, CNPJ nº 25.189.100/0001-39, situada na Avenida Lucena Roriz, Quadra 106, Lote 56 – Centro do Distrito do Jardim Ingá, com o objetivo de promover a assistência e o amparo social para idosos e menores em situação de risco.

Art. 2º As despesas com a execução desta Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria, consignadas no orçamento vigentes e suplementadas, se necessário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUZIÂNIA, aos 9 (nove) dias do mês de junho de 2022.



ANTONIO COSTA DO NASCIMENTO – Presidente



ANDRÉ FIRMINO DA SILVA – 1º Secretário



MÁRIO DA CUNHA COUTINHO – 2º Secretário

**AUTÓGRAFO DE LEI Nº 4.455, DE 9 DE JUNHO DE 2022**

**Autoria: Poder Executivo**

“Dispõe sobre a utilização de veículos que especifica e dá outras providências.”

**O PREFEITO MUNICIPAL DE LUZIÂNIA**, Estado de Goiás, no uso das atribuições legais e constitucionais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado, na forma do que preconiza o parágrafo único do art. 5º da Lei Federal nº 12.816, de 5 de junho de 2013, a utilizar veículos públicos adquiridos através do programa Caminho da Escola no transporte de alunos da zona urbana e rural e da educação superior.

§ 1º Os alunos da educação superior beneficiários do transporte citado neste artigo deverão residir no Município de Luziânia, e possuir renda familiar de até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

§ 2º O cadastro dos alunos da educação superior e a respectiva avaliação social ficará a cargo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho.

§ 3º Os alunos da zona urbana e rural citados neste artigo deverão estar, necessariamente, matriculados nas redes municipal, estadual, federal de ensino.

Art. 2º Fica ainda autorizada a utilização de outros veículos pertencentes ao Município ou locados no oferecimento de transporte citado no artigo anterior.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder em comodato veículos que integram o programa Caminho da Escola a entidades conveniadas e que desempenhem atividades educacionais na seara do ensino fundamental ou da educação infantil.

Art. 4º Fica ainda o Poder Executivo Municipal autorizado celebrar convênio com outros municípios e instituições de ensino privadas, objetivando a oferta dos serviços de transporte escolar a alunos residentes em Luziânia-GO, e que sejam atendidos nas redes de ensino dos pretensos convenientes.



Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUZIÂNIA, aos 9 (nove) dias do mês de junho de 2022.



ANTONIO COSTA DO NASCIMENTO – Presidente



ANDRÉ FIRMINO DA SILVA – 1º Secretário



MARIO DA CUNHA COUTINHO – 2º Secretário

AUTÓGRAFO DE LEI Nº 4.456, DE 9 DE JUNHO DE 2022

Autoria: Poder Executivo

“Institui vantagem remuneratória que especifica e dá outras providências.”

**O PREFEITO MUNICIPAL DE LUZIÂNIA**, Estado de Goiás, no uso das atribuições legais e constitucionais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída vantagem denominada gratificação de desempenho, a qual será estabelecida na forma e de acordo com o previsto nesta Lei.

Art. 2º A gratificação de desempenho será paga aos servidores públicos municipais titulares de cargos de provimento efetivo e que estejam lotados junto à Procuradoria Geral do Município e desempenhando atividades de apoio ao Contencioso Fiscal.

Parágrafo único. As atividades descritas neste artigo convolvam-se em notificação e ciência dos contribuintes nos feitos administrativos tributários.

Art. 3º O pagamento da gratificação de desempenho dependerá de comprovação do exercício das atividades externas e relacionadas à notificação e ciência dos contribuintes nos feitos administrativos tributários, destacando-se:

I – o processo de emissão, distribuição e fiscalização das notificações consiste em:

- a) acessar o sistema informatizado do município, alimentando os filtros de data, bairro, devedores e outros, conforme orientação do Procurador da seção;
- b) imprimir as notificações geradas, datando e assinando cada uma;
- c) datada e assinada, distribuir as notificações a cada agente notificador;
- d) cobrar o efetivo cumprimento das notificações, elaborando o relatório mensal.

II – o processo de efetivo cumprimento das notificações consiste em diligências dos notificadores para a entrega da notificação de débito, devendo sempre envidar esforços para a notificação pessoal do devedor.

§ 1º O valor da gratificação é de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

§ 2º Fica garantido ao notificador, pelas atividades descritas no inciso II, a gratificação de 100% (cem por cento) sobre o valor fixado no § 1º deste artigo.

Art. 4º O Chefe do Poder Executivo editará os regulamentos necessários ao fiel cumprimento das disposições vertidas nesta Lei.







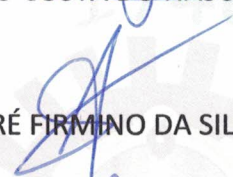
**CÂMARA  
MUNICIPAL**  
LUZIÂNIA-GO

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de junho de 2022.

Art. 6º Revoga-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUZIÂNIA, aos 9 (nove) dias do mês de junho de 2022.

  
ANTONIO COSTA DO NASCIMENTO – Presidente,

  
ANDRÉ FIRMINO DA SILVA – 1º Secretário

  
MARIO DA CUNHA COUTINHO – 2º Secretário



Fone: (61) 3622-1880



[www.luziania.go.leg.br](http://www.luziania.go.leg.br)



Praça Nirson Carneiro Lobo, 34  
Centro, Luziânia-GO CEP 72800-060



*[Handwritten Signature]*  
**RECEBIDO**  
23/06/22

Alva Roriz C. De Queiroz  
Gabinete do Prefeito  
Chefe de Gabinete PML

**AUTÓGRAFO DE LEI Nº 4.457, DE 21 DE JUNHO DE 2022**

Autoria: Poder Executivo

“Altera a tabela descrita no § 5º do art. 14, da Lei nº 3.219, de 29 de agosto de 2008 que, por sua vez, foi alterada pela Lei nº 4.228, de 24 de junho de 2020.”

**O PREFEITO MUNICIPAL DE LUZIÂNIA**, Estado de Goiás, no uso das atribuições legais e constitucionais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Altera a tabela descrita no § 5º do art. 14, da Lei nº 3.219, de 29 de agosto de 2008 que, por sua vez, foi alterada pelo art. 1º da Lei nº 4.228, de 24 de junho de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14. ....  
§ 5º. ....”

ZONAS		USO POSSÍVEL	LOTEAMENTOS FECHADOS						
		SERVIÇOS	LOTE MÍNIMO (M <sup>2</sup> )	TAXA MAX. DE IMPERMEAB.	TAXA MAX. OCUPAÇÃO	AFASTAMENTO MIN. (M)	RECUO MIN. (M)	COUT	N. DE PAVIMENTOS
ZP	ZPO	Turismo e Lazer	1000	50%	50%	-	3	2,0	4
ZO	ZOO	Turismo e Lazer	1000	50%	50%	-	3	2,0	4
ZR	ZRE	Turismo e Lazer	1000	50%	50%	-	3	2,0	4



**CÂMARA  
MUNICIPAL**  
LUZIÂNIA-GO

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUZIÂNIA, aos 21 (vinte e um) dias do mês de junho de 2022.

  
ANTONIO COSTA DO NASCIMENTO – Presidente

  
LEONARDO RORIZ FILHO – 1º Secretário

  
ANDRÉ FIRMINO DA SILVA – 2º Secretário



Fone: (61) 3622-1880



[www.luziania.go.leg.br](http://www.luziania.go.leg.br)



Praça Nirson Carneiro Lobo, 34  
Centro, Luziânia-GO CEP 72800-060



**CÂMARA  
MUNICIPAL**  
LUZIÂNIA-GO

**AUTÓGRAFO DE LEI Nº 4.458, DE 23 DE JUNHO DE 2022**

Autoria: Mesa Diretora

“Altera a Lei nº 4.231, de 25 de junho de 2020 que, ‘Cria vagas e novos cargos no Quadro de Pessoal Comissionado da Câmara Municipal de Luziânia, altera o anexo I e da Lei nº 3.909, de 16 de março de 2017’.”

**A CÂMARA MUNICIPAL DE LUZIÂNIA**, Estado de Goiás, no uso das atribuições legais e constitucionais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que aprova e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Suprime o art. 4º da Lei nº 4.231, de 25 de junho de 2020.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUZIÂNIA, aos 23 (vinte e três) dias do mês de junho de 2022.

  
ANTONIO COSTA DO NASCIMENTO – Presidente

  
LEONARDO RORIZ FILHO – 1º Secretário

  
ANDRÉ FIRMINO DA SILVA – 2º Secretário

  
**RECEBIDO**  
23/06/22

Roriz C. De Queiroz  
Gabinete do Prefeito  
Chefe de Gabinete PML



Fone: (61) 3622-1880



[www.luziania.go.leg.br](http://www.luziania.go.leg.br)



Praça Nirson Carneiro Lobo, 34  
Centro, Luziânia-GO CEP 72800-060

AUTÓGRAFO DE LEI Nº 4.459, DE 23 DE JUNHO DE 2022

Autoria: Antonio Costa do Nascimento

“Considera de Utilidade Pública e Interesse Social Associação Unidos para Cristo.”

**A CÂMARA MUNICIPAL DE LUZIÂNIA**, Estado de Goiás, no uso das atribuições legais e constitucionais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que aprova e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Passa a ser considerado de Utilidade Pública e Interesse Social Associação Comunitária Unidos para Cristo.

Art. 2º A Associação Unidos para Cristo, registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas de Luziânia-GO, títulos e documentos e protestos sob o nº de ordem 1.996 do livro A-012 às folhas 070/073, em 05 de novembro de 2014, sem fins lucrativos, cadastrada no CNPJ sob nº 16.842.276/0001-57, fundada no dia 06 de setembro de 2012, situada na Rua 08, Quadra 06, Lote 20, Setor Norte Maravilha, CEP: 72.812-640, Luziânia-GO.

Art. 3º Associação Unidos para Cristo é uma Associação Civil, sem fins lucrativos, de caráter religioso, beneficente e filantrópico, com sede na cidade de Luziânia, Estado de Goiás.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUZIÂNIA, aos 23 (vinte e três) dias do mês de junho de 2022.

ANTONIO COSTA DO NASCIMENTO – Presidente

LEONARDO RORIZ FILHO – 1º Secretário

ANDRÉ FIRMINO DA SILVA – 2º Secretário

  
**RECEBIDO**  
23/06/22

Calva Roriz C. De Queiroz  
Gabinete do Prefeito  
Chefe de Gabinete PML

AUTÓGRAFO DE LEI Nº 4.460, DE 23 DE JUNHO DE 2022

Autoria: Luciano José Braz de Queiroz

“Dispõe sobre a inclusão do Dia Municipal do Meio Ambiente no Calendário Municipal de Luziânia-GO, a ser comemorado no dia 05 de junho.”

**A CÂMARA MUNICIPAL DE LUZIÂNIA**, Estado de Goiás, no uso das atribuições legais e constitucionais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que aprova e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído a inclusão no Calendário Municipal de Luziânia o Dia Mundial do Meio Ambiente a ser comemorado todo dia 05 de Junho.

Art. 2º O Poder Executivo Municipal regulamentará o disposto nesta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUZIÂNIA, aos 23 (vinte e três) dias do mês de junho de 2022.

  
ANTONIO COSTA DO NASCIMENTO – Presidente

  
LEONARDO RORIZ FILHO – 1º Secretário

  
ANDRÉ FIRMINO DA SILVA – 2º Secretário

  
**RECEBIDO**  
23/06/22

Roriz C. De Queiroz  
Gabinete do Prefeito  
Chefe de Gabinete PML



**AUTÓGRAFO DE LEI Nº 4.461, DE 23 DE JUNHO DE 2022**

**Autoria: Poder Executivo**

“Institui a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que dispõe sobre as diretrizes gerais para a elaboração da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências.”

**O PREFEITO MUNICIPAL DE LUZIÂNIA**, Estado de Goiás, no uso das atribuições legais e constitucionais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**  
**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Observar-se-ão, quando da feitura da lei de meios, a vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 e para todo o exercício financeiro, as Diretrizes Orçamentárias estatuídas na presente Lei, por mandamento do § 2º do Art. 165 da Constituição Federal, bem assim da Lei Orgânica do Município, em combinação com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, compreendendo:

- I – Orientação à elaboração da Lei Orçamentária;
- II – Diretrizes das Receitas; e
- III – Diretrizes das Despesas.

Parágrafo Único. As estimativas das receitas e das despesas do Município, sua Administração Direta e Indireta, obedecerão aos ditames contidos na Constituição Federal e do Estado de Goiás, na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, na Lei Orgânica do Município, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e alterações posteriores, inclusive as normatizações emanadas do Egrégio Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás e, ainda, aos princípios contábeis geralmente aceitos.

**Seção I**  
**Da Orientação à Elaboração da Lei Orçamentária**



Art. 2º A elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2023 abrangerá os Poderes: Legislativo, Executivo, fundos e entidades da administração direta e indireta, assim como a execução orçamentária obedecerá às diretrizes gerais, sem prejuízo das normas financeiras estabelecida pela legislação federal, aplicável à espécie, com sujeição às disposições a serem contidas no Plano Plurianual de Investimentos e as diretrizes estabelecidas na presente Lei Complementar, de modo a evidenciar as políticas e programas de governo, formulados e avaliados segundo suas prioridades.

Parágrafo Único. É vedada, na Lei Orçamentária, a existência de dispositivos estranhos à previsão da Receita e à fixação da Despesa, salvo se relativos à autorização para abertura de Créditos Suplementares e Contratação de Operações de Crédito, ainda que por antecipação de receita.

Art. 3º A proposta orçamentária para o exercício de 2023 conterà as prioridades da Administração Municipal estabelecidas no PPA, da presente Lei Complementar e deverá obedecer aos princípios da universalidade, da unidade e da anuidade, bem como identificar o Programa de Trabalho a ser desenvolvido pela Administração Municipal.

Parágrafo Único. O Programa de Trabalho, a que se refere o presente artigo, deverá ser identificado, no mínimo, ao nível de Função e Sub-Função, natureza da despesa, projeto atividades e elementos a que deverá acorrer na realização de sua execução, nos termos da alínea c, do Inciso II, do art. 52, da Lei Complementar nº 101, de 2000, bem como do Plano de Classificação Funcional Programática, conforme dispõe a Lei nº 4.320, de 1964.

Art. 4º A proposta parcial das necessidades da Câmara Municipal será encaminhada ao Executivo, tempestivamente, a fim de ser compatibilizada no orçamento geral do Município.

Art. 5º A proposta orçamentária para o exercício de 2023 compreenderá:

I – Mensagem;

II – Demonstrativos e anexos a que se refere o art. 3º da presente Lei;

III – Relação dos projetos e atividades, com detalhamento de prioridades e respectivos valores orçados, de acordo com a capacidade econômico-financeira do Município.

Art. 6º A Lei Orçamentária Anual autorizará o Poder Executivo, nos termos do artigo 7º e 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a abrir Créditos Adicionais, de natureza suplementar, até o limite de 80% (oitenta por cento) do total da despesa fixada na própria Lei, autorizando também a criação de elementos de despesas não consignados no orçamento não alterando a ação programática, a criação de fontes de recursos através de decreto orçamentário, utilizando como recursos a anulação de dotações do próprio orçamento, o excesso de arrecadação do exercício realizado e projetado, e o superávit financeiro, se houver, do exercício anterior.

Parágrafo Único. A fonte criada deverá ter como recurso o saldo para suplementar advindo de outra fonte que tenha a mesma codificação.

Art. 7º O limite autorizado no Art. 6º não será onerado quando o crédito se destinar a suprir a insuficiência das dotações de pessoal e encargos sociais, inativos e pensionistas, dívida Pública





Municipal, débitos constantes de precatórios judiciais, despesas a conta de receitas vinculadas até o limite de 80% (oitenta por cento).

Art. 8º O Município aplicará 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida as provenientes de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 9º O Município aplicará 15% (quinze por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida as provenientes de transferências, na manutenção da saúde básica.

Art. 10. O Município contribuirá com 20% (vinte por cento), das transferências provenientes do ICMS, do FPM e do IPI Exportação, para formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, com aplicação, no mínimo, de 70% (setenta por cento) para remuneração dos profissionais do magistério, em efetivo exercício de suas atividades no ensino fundamental público e, no máximo 30% (trinta por cento) para outras despesas.

## Seção II

### As Diretrizes da Receita

Art. 11. São receitas do Município:

I – os Tributos de sua competência;

II – a quota de participação nos Tributos arrecadados pela União e pelo Estado de Goiás;

III – o produto de arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, incidentes na fonte, sobre rendimentos, a qualquer título, pagos pelo Município, suas autarquias e fundações;

IV – as multas decorrentes de infrações de trânsito, cometidas nas vias urbanas e nas estradas municipais;

V – as rendas de seus próprios serviços;

VI – o resultado de aplicações financeiras disponíveis no mercado de capitais;

VII – as rendas decorrentes do seu Patrimônio, inclusive a alienação de bens móveis e imóveis;

VIII – a contribuição previdenciária de seus servidores; e

IX – outras.

Art. 12. Considerar-se-á, quando da estimativa das Receitas:

I – os fatores conjunturais que possam vir a influenciar os resultados dos ingressos em cada fonte;



II – as metas estabelecidas pelo Governo Federal para o controle da economia com reflexo no exercício monetário, em cotejo com os valores efetivamente arrecadados no exercício de 2021 e exercícios anteriores;

III – o incremento do aparelho arrecadador Municipal, Estadual e Federal que tenha reflexo no crescimento real da arrecadação;

IV – os resultados das Políticas de fomento, incremento e apoio ao desenvolvimento Industrial, Agro-Pastoril e Prestacional do Município, incluindo os Programas, Públicos e Privados, de formação e qualificação de mão-de-obra;

V – as isenções concedidas, observadas as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, publicada no Diário Oficial da União em 05/05/2000;

VI – evolução da massa salarial paga pelo Município, no que tange o Orçamento da Previdência;

VII – a inflação estimada, cientificamente, previsível para o exercício de 2023;

VIII – outras.

Art. 13. Na elaboração da Proposta Orçamentária, as previsões de receita observarão as normas técnicas legais, previstas no art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Parágrafo Único. A Lei orçamentária:

I – corrigirá os valores das dotações com a instituição de índice que reflita a variação de preços de julho a dezembro de 2023, e havendo necessidade, a correção se fará também a cada trimestre, a contar do mês de janeiro, utilizando-se como forma de correção, sempre levando em consideração os valores orçamentários originais, atualizados;

II – autorizará a abertura de créditos suplementares para reforço de dotações orçamentárias, em percentual de até 80% (oitenta por cento) do total da despesa fixada, observados os limites do montante das despesas de capital, nos termos do inciso III, do artigo 167, da Constituição Federal, autorizando também a criação de elementos de despesas não consignados no orçamento não alterando a ação programática, a criação de fontes de recursos através de decreto orçamentário, utilizando como recursos a anulação de dotações do próprio orçamento, o excesso de arrecadação do exercício realizado e projetado, e o superávit financeiro, se houver, do exercício anterior;

III – conterá reserva de contingência, destinada ao:

a) reforço de dotações orçamentárias que se revelarem insuficiente no decorrer do exercício de 2023, nos limite e formas legalmente estabelecidas;

b) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.



IV – autorizará a realização de operações de créditos, condicionada ao atendimento das normas estabelecidas pela Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e Resoluções do Senado Federal, inclusive as já autorizadas por lei específica;

V – autorizará a realização de operações de crédito por antecipação da receita, utilizando como referência o total da receita corrente líquida;

VI – autorizará as alterações necessárias nas estimativas de receitas e fixações de despesa para o exercício de 2023, para atendimento e adequação às NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, conforme atos normativos da STN – Secretária do Tesouro Nacional e TCM – Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás;

VII – autorizará a realização de alienações de bens móveis e imóveis do município, especificando rubricas de receitas específicas para esse fim, vinculando os respectivos recursos de capital ao reinvestimento de projetos, salvo para recolhimento de dívidas previdenciárias, conforme estabelece o art. 44 da Lei Complementar nº 101, de 2000;

VIII – autorizará a utilização do saldo anterior proveniente dos recursos do FUNDEB, mediante abertura de crédito adicional limitado ao percentual de 10% estabelecidos pela legislação federal, utilizando como cobertura o superávit financeiro do exercício anterior nas fontes de recursos específicas do fundo;

IX – garantirá recursos específicos para cobertura dos Precatórios Judiciais previstos para 2023, utilizando como parâmetro as informações fornecidas pela Procuradoria Geral do Município.

Art. 14. A receita deverá estimar a arrecadação de todos os tributos de competência municipal, assim como os definidos na Constituição Federal.

Art. 15. Na proposta orçamentária a forma de apresentação da receita deverá obedecer à classificação estabelecida na Lei nº 4.320, de 1964.

Art. 16. O orçamento municipal deverá consignar como receitas orçamentárias todos os recursos financeiros recebidos pelo Município, inclusive os provenientes de transferências que lhe venham a ser feita por outras pessoas de direito público ou privado, que sejam relativos a convênios, contratos, acordos, auxílios, subvenções ou doações, excluídas apenas aquelas de natureza extraorçamentária, cujo produto não tenham destinação a atendimento de despesas públicas municipais.

Art. 17. Na estimativa das receitas serão considerados os efeitos das modificações na legislação tributária, que serão objetos de projetos de leis a serem enviadas as Câmaras Municipais, no prazo legal e constitucional.

Parágrafo Único. Os projetos de lei que promoverem alterações na legislação tributária observarão:

I – revisão e adequação da Planta Genérica de Valores dos Imóveis Urbanos;



II – revisão das alíquotas do Imposto Predial e Territorial Urbano, sem ultrapassar os limites máximos já fixados em lei, respeitando a capacidade econômica do contribuinte e a função social da propriedade;

III – revisão e majoração das alíquotas do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;

IV – revisão das taxas, objetivando sua adequação aos custos dos serviços prestados;

V – instituição e regulamentação da contribuição de melhorias sobre obras públicas.

### **Seção III**

#### **Das Diretrizes das Despesas**

Art. 18. Constituem despesas obrigatórias do Município:

I – as relativas à aquisição de bens e serviços para o cumprimento de seus objetivos;

II – as destinadas ao custeio de Projetos e Programas de Governo;

III – as decorrentes da manutenção e modernização da Máquina Administrativa;

IV – os compromissos de natureza social;

V – as decorrentes dos pagamentos ao pessoal do serviço público, inclusive encargos;

VI – as decorrentes de concessão de vantagens e/ou aumento de remuneração, atendimento ao piso nacional de algumas categorias, cumprimento da data base dos servidores, concessão a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreira, bem como admissão de pessoal por prazo determinado ou concurso público, pelos poderes e órgãos do Município, que, por força desta Lei, ficam prévias e especialmente autorizados, ressalvados as empresas Públicas e as Sociedades de Economia Mista;

VII – o serviço da Dívida Pública, fundada e flutuante;

VIII – a quitação dos Precatórios Judiciais e outros requisitórios;

IX – a contrapartida previdenciária do Município;

X – as relativas ao cumprimento de convênios;

XI – os investimentos e inversões financeiras; e

XII – outras.

Art. 19. Considerar-se-á, quando da estimativa das despesas;

I – os reflexos da Política Econômica do Governo Federal;

II – as necessidades relativas à implantação e manutenção dos Projetos e Programas de Governo;





III – as necessidades relativas à manutenção e implantação dos Serviços Públicos Municipais, inclusive Máquina Administrativa;

IV – a evolução do quadro de pessoal dos Serviços Públicos;

V – os custos relativos ao serviço da Dívida Pública;

VI – as projeções para as despesas mencionadas no artigo anterior, com observância das metas e objetos a serem programadas no PPA;

VII – outros.

Art. 20. Deverá haver um equilíbrio entre a receita e a despesa para o período do orçamento de 2023, orientado no que segue:

I – se verificado, ao final de cada bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes promoverão por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 (trinta) dias subsequentes, limitação de empenho e de movimentação financeira;

II – no caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados, dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas;

III – não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do Município, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, à coleta e a reciclagem de lixo, à iluminação pública e a gastos com água, luz e telefone;

IV – são vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que permitam a execução de despesas sem comprovada a suficiente disponibilidade de dotação orçamentária, as despesas analisadas e consideradas de caráter relevante necessitam de prévia declaração orçamentária para sua execução conforme art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

V – para efeito de limitação de empenho será utilizada a seguinte ordem de critério:

a) redução das despesas gerais de manutenção dos órgãos, que não afetem seu regular funcionamento;

b) redução dos gastos com terceirizados;

c) suspensão de programas de investimentos ainda não iniciados;

d) redução de ocupantes de cargos em comissão;

e) redução de gastos com pessoal não estável;

f) redução de gastos com pessoal estável.

Art. 21. As despesas com pessoal e encargos sociais, ou concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, só poderá ter aumento real em



relação ao crescimento efetivo das receitas correntes, desde que respeitem o limite estabelecido no art. 71, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 22. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º, inciso II do Art. 153 e nos Art. 158 e 159, da Constituição Federal, efetivamente realizadas no exercício anterior.

Parágrafo Único. De acordo com o inciso II do artigo 2º da Emenda Constitucional nº 58, de 23 de setembro de 2009, o percentual destinado ao Poder Legislativo de Luziânia, Estado de Goiás é de 6% (seis por cento).

Art. 23. As despesas com pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade em operações especiais e específicas, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos.

Art. 24. Os projetos em fase de execução desde que revalidados à luz das prioridades estabelecidas nesta Lei, terão preferência sobre os novos projetos.

Art. 25. A Lei Orçamentária poderá consignar recursos para financiar serviços de sua responsabilidade a serem executados por entidades de direito privado, mediante convênios e contratos, desde que sejam da conveniência do governo municipal e tenham demonstrado padrão de eficiência no cumprimento dos objetivos determinados.

Art. 26. O Município deverá investir prioritariamente em projetos e atividades voltados à infância, adolescência, idosos, mulheres e gestantes buscando o atendimento universal à saúde, assistência social e educação, visando melhoria da qualidade dos serviços.

Art. 27. Fica autorizado a inclusão na Lei Orçamentária, bem como em suas alterações, recursos do Município para Clubes, Associações e quaisquer outras entidades congêneres, em especial entidades que exerçam atividades vinculadas a esportes em geral, cultura, creches, escolas para atendimento de atividades de pré-escolas, centro de convivência de idosos, centros comunitários, unidades de apoio a gestantes, unidade de recuperação de toxicômanos e outras com finalidade de atendimento às ações de assistência social por meio de convênios.

Art. 28. O Poder Executivo através de Lei específica poderá firmar convênios com outras esferas governamentais e não governamentais, para desenvolver programas nas áreas de educação, cultura, esporte, saúde, habitação, abastecimento, meio ambiente, assistência social, obras e saneamento básico.

Art. 29. A Lei Orçamentária Anual autorizará a realização de programas de apoio e incentivo às entidades estudantis, destacadamente no que se refere à educação, cultura, turismo, meio ambiente, desporto e lazer e atividades afins, bem como para a realização de convênios, contratos, pesquisas, bolsas de estudo e estágios com escolas técnicas profissionais e universidades.



Art. 30. Fica autorizado na LOA - Lei Orçamentária Anual a concessão de auxílios e subvenções, através de projeto básico e convênio específico firmando entre o município e entidades.

Art. 31. O Município está autorizado a participar de Consórcios Públicos, nos moldes da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005 e Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

Art. 32. Os recursos poderão ser programados para atender despesas de correntes e de capital, inclusive amortizações de dívidas por operações de crédito, após deduzir os recursos destinados a atender gastos com pessoal e encargos sociais, com serviços da dívida e com outras despesas de custeio administrativos e operacionais.

## CAPÍTULO II

### DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 33. O Orçamento da Seguridade Social abrangerá os órgãos e unidades orçamentárias, inclusive: fundos, fundações, autarquias que atuem nas áreas de saúde, previdência e assistência social e contará, dentre outros, com recursos provenientes:

I – das contribuições previstas na Constituição Federal;

II – da contribuição para o plano de seguridade social do servidor, que será utilizada para despesas com encargos previdenciários do Município;

III – do orçamento fiscal; e

IV – das demais receitas diretamente arrecadas pelos órgãos, fundos e entidades que integram, exclusivamente, o respectivo orçamento.

Art. 34. Na elaboração do Orçamento da Seguridade Social serão observadas as diretrizes específicas da área.

Art. 35. As receitas e despesas das entidades mencionadas serão estimadas e programadas de acordo com as dotações previstas no Orçamento Anual.

## CAPÍTULO III

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 36. A Secretaria Municipal de Administração, fará publicar junto a Lei Orçamentária Anual, o quadro de detalhamento da despesa, por projeto, atividade, elemento de despesa e seus desdobramentos e respectivos valores.



Parágrafo Único. Caso o projeto da Lei Orçamentária não seja aprovado até 31 de dezembro de 2022, a sua programação poderá ser executada até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, em cada mês, até que seja aprovado pela Câmara Municipal, vedado o início de qualquer projeto novo.

Art. 37. O Projeto de Lei Orçamentária do Município, para o exercício de 2023, será encaminhado à Câmara Municipal até 04 (quatro) meses antes de encerramento do corrente exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento de Sessão Legislativa.

Art. 38. O Poder Executivo colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de seus projetos orçamentários, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente.

Art. 39. O Poder Executivo poderá, mediante Decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, em decorrência de extinção, transformação, transferência, Incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como a alteração de suas competências ou atribuições.

#### CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 40. Não poderão ter aumento real em relação aos créditos correspondentes ao orçamento de 2022, ressalvados os casos autorizados em Lei própria, os seguintes gastos:

I – de pessoal e respectivo encargo, que não poderão ultrapassar o limite de 54% (cinquenta e quatro por cento) das receitas correntes, no âmbito do Poder Executivo, nos termos da alínea "b", do inciso III, do art. 20, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

II – pagamento do serviço da dívida; e

III – transferências diversas.

Art. 41. Na fixação dos gastos de capital para criação, expansão ou aperfeiçoamento de serviços já criados e ampliados a serem atribuídos aos órgãos municipais, com exclusão da amortização de empréstimos, serão respeitadas as prioridades e metas constantes desta Lei, bem como a manutenção e funcionamento dos serviços já implantados.

Art. 42. Com vistas ao atingimento, em sua plenitude, das diretrizes, objetivos e metas da Administração Municipal, previstas nesta Lei, fica autorizado o Chefe do Poder Executivo, a adotar as providências indispensáveis e necessárias à implementação das Políticas aqui estabelecidas, podendo inclusive articular convênios, viabilizar recursos nas diversas esferas de Poder, contrair empréstimos, observadas a capacidade de endividamento do Município, subscrever quotas de consórcio para efeito de aquisição de veículos e máquinas rodoviários e outros.







**CÂMARA  
MUNICIPAL**  
LUZIÂNIA-GO

Art. 43. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUZIÂNIA, aos 23 (vinte e três) dias do mês de junho de 2022.

  
ANTONIO COSTA DO NASCIMENTO – Presidente

  
LEONARDO RORIZ FILHO – 1º Secretário

  
ANDRÉ FIRMINO DA SILVA – 2º Secretário



Fone: (61) 3622-1880



[www.luziania.go.leg.br](http://www.luziania.go.leg.br)



Praça Nirson Carneiro Lobo, 34  
Centro, Luziânia-GO CEP 72800-060



LUZIANIA-GO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIA  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**METAS ANUAIS**  
2023

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4c, § 1o)

R\$ Milhares

ESPECIFICAÇÃO	2023				2024				2025			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	% RCL (a/RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	% RCL (b/RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100	% RCL (c/RCL) x 100
RECEITA TOTAL	572.000.000,00	551.980.000,00	38.133.333,33	91,45%	577.720.000,00	557.499.800,00	31.228,10	92,36%	583.497.200,00	563.074.798,00	31.540,38	90,54%
RECEITAS PRIMÁRIAS (I)	567.500.000,00	547.637.500,00	37.633.333,33	90,73%	573.175.000,00	553.113.875,00	30.982,43	91,63%	578.906.750,00	558.645.013,75	31.292,25	89,83%
DESPESA TOTAL	572.000.000,00	551.980.000,00	38.133.333,33	91,45%	577.720.000,00	557.499.800,00	31.228,10	92,36%	583.497.200,00	563.074.798,00	31.540,38	90,54%
DESPESAS PRIMÁRIAS (II)	564.796.922,34	545.030.980,06	37.653.261,48	90,30%	570.446.911,56	550.481.268,66	30.834,96	91,20%	576.151.380,68	555.986.082,36	31.143,31	89,40%
RESULTADO PRIMÁRIO (III) = (I-II)	2.701.077,66	2.606.539,94	180.071,844	0,43%	2.728.088,44	2.632.605,34	147.464,24	0,44%	2.755.389,32	2.668.931,39	148.938,8	0,43%
RESULTADO NOMINAL	44.599.109,45	43.038.140,62	2.973.273,96	7,13%	49.059.020,40	47.341.954,69	2.651.838	8,54%	53.964.922,44	52.076.150,15	2.917,022	7,69%
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	-237.925.084,28	-229.597.715,98	15.861.672,9	-38,04%	-261.717.603,71	-252.557.487,58	14.146,89	-46,57%	-287.899.364,08	-277.813.236,34	15.581,58	-41,02%

FONTE: Sistema PODER EXECUTIVO, Unidade Responsável SECRETARIA DE FINANÇAS, Data e hora de emissão: 19/04/2022 02:48

Nota: O cálculo das metas acima descritas, foram realizados considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2023	2024	2025
	PIB real (Crescimento % Anual)	2,50	2,50
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	8,00	8,00	8,00
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	0,20	0,20	0,20
Inflação Média (% anual) projetada com base em Índice oficial de inflação	3,50	3,50	3,50
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares	1,50	1,85	1,85

**EDSON BRAZ DE QUEIROZ**  
 Secretário de Planejamento



LUZIANIA-GO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

2023

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4o, § 2o inciso I)

R\$ Milhares

ESPECIFICAÇÃO	I - Metas Previstas em 2021(a)	% PIB	% RCL	I - Metas Realizadas em 2021 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	%(c/a) x 100
RECEITA TOTAL	490.026.776,94	0,00%	85,22%	531.015.694,95	241,37%	92,35%	40.988.918,01	8,36%
RECEITAS PRIMARIAS (I)	489.764.909,34	0,00%	85,18%	528.968.512,00	240,44%	92,00%	39.203.602,66	8,00%
DESPESA TOTAL	490.026.776,94	0,00%	85,22%	480.766.384,07	218,53%	83,61%	-9.260.392,87	-1,89%
DESPESAS PRIMARIAS (II)	240.611.004,65	0,00%	41,85%	237.654.765,42	108,02%	41,33%	-2.956.239,23	-1,23%
RESULTADO PRIMARIO (III)=(I-II)	249.153.904,70	0,00%	43,33%	291.313.746,58	132,42%	50,66%	42.159.841,88	16,92%
RESULTADO NOMINAL	0,00	0,00%	0,00%	36.858.768,14	16,75%	6,41%	36.858.768,14	0,00%
DIVIDA PUBLICA CONSOLIDADA	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%
DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%

FONTE: Sistema PODER EXECUTIVO, Unidade Responsável SECRETARIA DE FINANÇAS, Data e hora de emissão: 19/04/2022 02:48

  
EDISON BRAZ DE QUEIROZ  
Secretário de Planejamento



**LUZIANIA-GO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**

2023

AMF - Demonstrativo III (LRF, art. 4º, § 2º inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
RECEITA TOTAL	470.161.964,76	490.026.776,94	4,23	500.000.000,00	2,04	572.000.000,00	14,40	577.720.000,00	1,00	583.497.200,00	1,00
RECEITAS PRIMÁRIAS (I)	469.910.908,21	489.764.909,34	4,23	499.340.000,00	1,96	567.500.000,00	13,65	573.175.000,00	1,00	578.906.750,00	1,00
DESPESA TOTAL	470.136.964,76	490.026.776,94	4,23	500.000.000,00	2,04	572.000.000,00	14,40	577.720.000,00	1,00	583.497.200,00	1,00
DESPESAS PRIMÁRIAS (II)	462.018.384,95	481.222.009,29	4,16	493.705.351,70	2,59	564.798.922,34	14,40	570.446.911,56	1,00	576.151.380,68	1,00
RESULTADO PRIMÁRIO (III) = (I-II)	7.892.523,26	8.542.900,05	8,24	5.634.648,30	-34,04	2.701.077,66	-52,06	2.728.088,44	1,00	2.755.369,32	1,00
RESULTADO NOMINAL	0,00	36.858.768,14	0,00	40.544.644,95	10,00	44.599.109,45	10,00	49.059.020,40	10,00	53.964.922,44	10,00
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	0,00	-196.632.309,32	0,00	-216.295.540,25	10,00	-237.925.094,28	10,00	-261.717.603,71	10,00	-287.889.364,08	10,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
RECEITA TOTAL	470.161.964,76	490.026.776,94	4,23	500.000.000,00	2,04	552.657.004,83	10,53	539.307.801,82	-2,42	526.281.043,32	-2,42
RECEITAS PRIMÁRIAS (I)	469.910.908,21	489.764.909,34	4,23	499.340.000,00	1,96	548.309.178,74	9,81	535.064.995,68	-2,42	522.140.720,42	-2,42
DESPESA TOTAL	470.136.964,76	490.026.776,94	4,23	500.000.000,00	2,04	552.657.004,83	10,53	539.307.801,82	-2,42	526.281.043,32	-2,42
DESPESAS PRIMÁRIAS (II)	462.018.384,95	481.222.009,29	4,16	493.705.351,70	2,59	545.699.441,87	10,53	532.518.295,93	-2,42	519.655.535,16	-2,42
RESULTADO PRIMÁRIO (III) = (I-II)	7.892.523,26	8.542.900,05	8,24	5.634.648,30	-34,04	2.609.736,87	-53,68	2.546.699,75	-2,42	2.485.185,26	-2,42
RESULTADO NOMINAL	0,00	36.858.768,14	0,00	40.544.644,95	10,00	43.090.927,00	6,28	45.797.120,49	6,28	48.673.268,16	6,28
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	0,00	-196.632.309,32	0,00	-216.295.540,25	10,00	-229.879.318,14	6,28	-244.316.183,54	6,28	-259.659.711,97	6,28

Fonte: Sistema Poder Executivo, Unidade Responsável SECRETARIA DE FINANÇAS, Data e hora de emissão: 19/04/2022 02:50

**EDSON BRAZ DE QUEIROZ**  
 Secretário de Planejamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZIANIA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIA  
ANEXO DE FISCOS FISCAIS  
**DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**  
2023

ARF - LRF, art. 4º, § 3º

R\$ Milhares

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
DESCRIÇÃO	Valor	DESCRIÇÃO	Valor
SUBTOTAL	0,00	SUBTOTAL	0,00
	0		0

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
DESCRIÇÃO	Valor	DESCRIÇÃO	Valor
PREVISÃO DE PRECATÓRIOS JUDICIAIS	4.238.496,82	LIMITAÇÃO DE EMPENHOS E CONTENÇÕES DOS GASTOS PÚBLICOS	4.238.496,82
PROVÁVEL PERDA DE ARRECADADA MUNICIPAL E DIMINUIÇÃO NOS REPASSES DA	30.000.000,00	LIMITAÇÃO DE EMPENHOS E CONTENÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS	30.000.000,00
PROCESSOS JUDICIAIS EM ANDAMENTO CONTRA O MUNICÍPIO DE LUZIANIA	65.000.000,00	LIMITAÇÃO DE EMPENHOS E CONTENÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS	65.000.000,00
SUBTOTAL	99238496,82	SUBTOTAL	99238496,82
TOTAL	99238496,82	TOTAL	99238496,82

SENA BRAZ DE QUEIROZ  
Secretário de Planejamento

Fonte e notas explicativas:  
null



LUZIANIA-GO  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
DEMONSTRATIVO IX - RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
2023

ARF (LRF, art 4o, § 3o)

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
PREVISÃO DE PRECATÓRIOS JUDICIAIS	4.238.496,82	LIMITAÇÃO DE EMPENHOS E CONTENÇÕES DOS GASTOS PÚBLICOS	4.238.496,82
PROVÁVEL PERDA DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL E DIMINUIÇÃO NOS REPASSES DA UNIÃO	30.000.000,00	LIMITAÇÃO DE EMPENHOS E CONTENÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS	30.000.000,00
PROCESSOS JUDICIAIS EM ANDAMENTO CONTRA O MUNICÍPIO DE LUZIANIA	65.000.000,00	LIMITAÇÃO DE EMPENHOS E CONTENÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS	65.000.000,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>99.238.496,82</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>99.238.496,82</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>99.238.496,82</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>99.238.496,82</b>

Notas :

  
EDISON BRAZ DE QUEIROZ  
Secretário de Planejamento